

----- ACTA N.º 003/2008 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE
JUNHO DE DOIS MIL E OITO -----**

----- Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e oito, na freguesia de Areias, Edifício Sede da Junta de Freguesia, face à convocatória para o efeito remetida oportunamente nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a Presidência de Eurico de Alcobia, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Joaquim de Jesus Ribeiro e Aires Ferreira Graça, com a seguinte **ordem de trabalhos**:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- 1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- 2.- Análise, discussão e votação da acta anterior. -----

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- 1.- **Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- 2.- **Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de € 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil euros) nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de**

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **3.- Análise, discussão e votação da Carta Educativa nos termos do n.º 1 do art.º 19 do Decreto-Lei n.º. 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto .**-----

----- **4.- Análise, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Protecção das Áreas ou Terrenos Florestais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **5.- Outros Assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **Presenças:** Distribuída a folha de presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de todos os membros.-----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e por três dos vereadores que compõem o executivo camarário, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, Carlos Ferreira Salgado e Carlos Alberto Mendes Martins. -----

----- **Abertura da Sessão:** Eram vinte horas e quarenta minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. Acrescentou que era com grande prazer que presidia à sessão da Assembleia Municipal realizada em Areias, referindo que fez um pequeno texto dedicado ao povo de Areias. Nele fez referência ao facto de ser a primeira vez que

este órgão autárquico, democraticamente eleito, efectuou este acto em Areias e a importância que isso representa na aproximação dos eleitos com os eleitores. Começou por homenagear o povo de Areias com nota de alguns dados históricos que realçam o valor deste povo e a importância que teve desde há muitos séculos, nomeadamente a influência que teve nesta área do nosso concelho a ordem dos templários. Destacou ainda a beleza das suas paisagens, nomeadamente a zona “Natura 2000” e a sumptuosidade da Igreja Matriz. Falou ainda do presente destacando o progresso que se tem verificado, destacando o Centro Escolar, como sinal de que o futuro passa por aqui e terminando exaltando todos os areenses que têm contribuído para o engrandecimento desta terra onde citou como exemplo o Sr. Eng.º Sérgio de Melo incentivando todos a manter cada vez mais viva a alma ferreirense. Em seguida passou a palavra ao Deputado Municipal Fernandinho Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Areias. -----

----- **O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço** dirigiu-se aos presentes dando as boas vindas e agradecendo a presença de todos. Acrescentou que no fim da sessão iria haver um lanche no salão ao lado. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.º Ponto: - Período de tempo reservado á intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- Houve três inscrições que por ordem usaram a palavra. -----

----- **O Senhor Salazar** interveio começando por se apresentar e referir que a sua aldeia era Lagoa na freguesia de Areias. Em seguida procedeu à leitura de um texto que considerou a forma de salvar a sua honra. Nele destacou o seu incómodo por acontecimentos e atitudes que por dever de cidadania não podia fechar os olhos:

assinalou a falta de instrumentos que assegurem a defesa de quem ali é vítima de acidentes de viação. Referiu ter falado em Agosto de 2002 com o senhor Vereador Jacinto e em Abril de 2004 entregou na Câmara Municipal um abaixo-assinado dirigido ao vereador do Pelouro mas não teve resultado. Em Setembro de 2005 pediu pela segunda vez uma audiência ao Sr. Presidente da Câmara que não aconteceu até hoje. Disse também que o Sr. Presidente da Junta conhece bem o local e mereceu-lhe especial atenção a entrevista do Sr. Presidente da Junta ao Despertar do Zêzere em Fevereiro de 2006 e realçou a resposta dos Srs. Presidentes da Junta de Pias e Beco a questões idênticas e a necessidade de alteração do maldito PDM. Disse ainda que o jornal da região censurou um seu artigo de opinião por motivos partidários e pessoais e lembrou ainda o artigo de Bruno Gomes, que segundo ele já calaram afirmando esta sociedade só autoriza aquilo que não incomoda terminando dizendo que em Abril de 2006 o então presidente da Assembleia Municipal assinou um artigo relacionado considerando fazer uma análise simplista, sem moral para dar lições. -- -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interrompeu solicitando ao senhor Salazar que sintetizasse. -----

----- **O Senhor Salazar** continuou a sua intervenção sentindo-se subestimado e vítima de traições secretas por falta de transparência. Assinalou que ao contrário de muitos acidentes que acontecem na rua não houve a mesma resposta do que aquela que foi dada pela Câmara ao Sr. Fernandinho Lourenço. Perguntou a terminar, ao Sr. Presidente da Junta se o limite do lugar é na E. N. 110 na Venda dos Tremoços ou se há em Venda dos Tremoços uma rua com nome de Alfredo Duarte. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** em resposta disse que não ia fazer nenhum comentário às cartas daquele senhor, pois são idênticas ao tipo de actuação

que fez na Assembleia. A obra que referiu, não foi da responsabilidade do Senhor Fernandinho, foi da responsabilidade da Protecção Civil da qual é presidente, e não foi feita para o senhor Fernandinho, foi feita para toda aquela região porque havia ali uma zona enorme que estava alagada. É de opinião que com aquele tipo de intervenções não vão a lado nenhum e não dá mais respostas. Se fossem pela palavra daquele senhor o concelho estava cheio de lombas. Foram colocadas várias lombas pelo concelho e depois as próprias pessoas que pediram para serem colocadas foram pedir para que fossem retiradas. -----

----- **O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço** no uso da palavra explicou que a população da freguesia de Areias, e não só já o conhecem pelo menos há 11 anos que é o tempo que está na Junta. Aos que o conhecem e respeitam agradece. Não responde a provocações até porque algumas das coisas que foram ditas são mentira.-----

----- **O Senhor Paulo Polónia** iniciou a sua intervenção referindo que começou por referir que os 5 minutos que são concedidos ao público para intervir são muito pouco para os problemas que existem na freguesia. Informou que é proprietário de uma habitação na freguesia de Areias e vive em Cascais. O Presidente da Câmara tem em seu poder duas exposições suas, uma datada de 2005 em relação à recolha de resíduos sólidos urbanos na freguesia, que até hoje nem o senhor Presidente nem o Vereador da área se dignaram a responder, mas as propostas que foram feitas nessa exposição fizeram, algumas delas, parte do prospecto de propaganda política das eleições seguintes, o que para si foi uma resposta. O problema que expôs foi resolvido no terreno apesar de não ter havido uma resposta formal. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** pediu que mais do que fazer comentários, o senhor Paulo Polónia fosse directamente aos problemas que queria ver resolvidos.-----

----- **O senhor Paulo Polónia** retomou a palavra e disse que em relação à exposição que foi feita ao senhor Presidente da Câmara em 21 de Abril de 2008 sobre as questões da segurança rodoviária na estrada municipal 524, nomeadamente na rua Luís Vaz de Camões, não fazia qualquer comentário até porque essa exposição foi enviada para várias entidades e foi enviada também para o Observatório Distrital de Segurança Rodoviária. Também não lhe foi dada resposta a esta questão. Em seguida perguntou quais os projectos que existem e se já foram postos a concurso, para o saneamento básico no interior do concelho, nas zonas que não estejam a desaguar para o rio Zêzere pois, segundo julga saber, o calendário para concluir essas obras é até 2013. Dado que não há saneamento básico nesta zona do concelho perguntou porque é que a viatura que a Câmara Municipal possui, e que foi paga com o dinheiro de todos os contribuintes, não está ao serviço dos munícipes para a recolha dos resíduos nas fossas das várias residências. Em relação ao Centro de Dia das Areias, são transferidas verbas da Câmara Municipal e da Misericórdia, pelo que perguntou se a Câmara tem alguma noção do que é que se passa dentro desse Centro de Dia e na gestão do mesmo. Referiu que não se devia esquecer que o Comendador Sérgio Melo além de contribuir como mecenas para o Centro Escolar, contribui também para o referido Centro de Dia. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** quanto á primeira questão referiu que uma vez que o problema foi resolvido no terreno não houve necessidade de dar uma resposta. Quanto à segurança rodoviária sabe perfeitamente que é desagradável assistir a grandes velocidades e é pena que as pessoas não tenham um pouco mais de

consciência. A resposta que o senhor Rui Polónia irá receber do secretário do Governador Civil é que o assunto é com a Câmara Municipal. Quanto ao saneamento básico a grande preocupação do executivo foi fazer o saneamento das aldeias ribeirinhas, em que a água tem um tratamento que permite que seja ejetada directamente para o rio. Ferreira do Zêzere é o único concelho que, desagua para o Zêzere, a fazê-lo. Quanto à obrigatoriedade de fazer saneamento básico no resto do concelho, não é tanto como o senhor disse, e a Câmara só recebe dinheiro se fizer a obra. As águas em alta e o saneamento foram entregues à empresa Águas do Centro e já não será a Câmara a fazer as obras de saneamento. A Câmara tem um limpa fossas para resolver de certo modo os problemas das pessoas com fossas. As pessoas têm que o requisitar e pagar uma taxa.-----

----- **O Senhor Rui Polónia** solicitou de novo o uso da palavra para informar que telefonou para as oficinas da Câmara Municipal e que a informação que lhe foi dada foi que o limpa fossas só servia para utilização na sede do concelho.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que aquela informação só podia ter sido dada por alguém que não pertence à Câmara. Se isso aconteceu foi um lapso pelo qual só podia pedir desculpa. O limpa fossas vai a todo o concelho. O Presidente da Câmara não tem nada que ver com o Centro de Dia de Areias. Quem é responsável é a Segurança Social. Informou que, nem os Centro de Dia nem a Santa Casa da Misericórdia, recebem dinheiro da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A única entidade que transfere dinheiro para estas instituições é a Segurança Social. A Câmara também dá alguns subsídios quando lhe é solicitado. Como cidadão o senhor Rui Polónia pode inscrever-se como sócio e assim assistir às assembleias gerais que são feitas. O Eng. Melo, não há dúvida nenhuma, tem sido um bom ferreirense pelo que lhe deixa uma vénia por tudo o que ele tem feito. -----

----- **O Senhor Abílio Antunes Henriques**, no uso da palavra, alertou os presentes para um problema que aconteceu com ele naqueles dias. Disse que é um pequeno empreiteiro que se dirigiu, dia 03 de Junho, aos balcões da Câmara para requerer a ligação à rede pública de abastecimento de água. Como passaram 15 dias e não foram ligar a água dirigiu-se novamente à Câmara onde foi informado que, encontrando-se o ramal já executado demoraria exactamente o mesmo tempo como se este não estivesse executado ou seja, entre três semanas e um mês e meio. Teve que mandar dois empregados para casa oito dias úteis, o que é uma situação muito grave. Com os meios informáticos que existem não compreende esta situação pois estando tudo pronto só é necessária uma hora e uma pessoa de boa vontade. É o cúmulo da ignorância e da burocracia. Teve que comprar um depósito, colocá-lo em cima de uma camioneta para se servir e não mandar os empregados para casa outra vez. ---- -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** perguntou ao senhor Abílio qual era o local, quem pediu o contador e em que nome foi pedido. Informou que ia dar uma resposta escrita ao senhor e informar a Assembleia do que se passou. Acrescentou no entanto que o pedido não foi feito assim há tanto tempo e que os computadores não montam contadores. De certeza que foi preciso fazer o orçamento do ramal e se a dona da obra quando pediu a licença tivesse pedido o ramal, nesta altura se calhar a água já estava ligada. De qualquer das maneiras vai ver o que se passa e o problema será resolvido. Acrescentou que para todos os munícipes do concelho, que de boa vontade se dirijam à Câmara ou directamente ou através mesmo dos Presidentes de Junta, este tipo de situações talvez se tivesse resolvido, embora hajam coisas que não se conseguem ultrapassar. -----

----- **2.º Ponto: -Análise, discussão e votação da acta anterior.**-----

----- Não se verificaram intervenções. -----

----- **Colocada a votação com a acta foi aprovada por vinte e dois votos a favor e duas abstenções.**-----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.º Ponto do Período da Ordem do Dia**-----

----- **Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- **O Deputado Municipal Adriano Rebelo** começou por apresentar os seus parabéns ao Presidente da Mesa pelo resumo histórico que fez da freguesia de Areias. Em seguida referiu que quem lê e interpreta a informação escrita do Presidente da Câmara não pode ficar insensível, não só pelo que foi feito e pelo que se está a fazer, mas também por aquilo que se vai realizar. Sabe que a estrada da Pombeira tem sido falada muitas vezes e está cada vez mais degradada, pelo que perguntou em que estado se encontram as coisas. Em seguida referiu-se ao Plano Regional de Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo e viu que a Câmara emitiu parecer favorável condicionado a este Plano que está em discussão pública. Pediu que fosse explicado um pouco melhor o que é este parecer favorável condicionado. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** interveio perguntando se a relva sintética do campo de futebol de sete referido na informação escrita é para ser paga pelo Pingo Doce ou se este já não vem para Ferreira do Zêzere. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** no uso da palavra referiu a intervenção na Quinta do Adro e a revitalização do núcleo central da vila e

perguntou se estava prevista alguma intervenção da Câmara junto dos donos dos edifícios que estão degradados na zona central da vila, pelo menos para lhe lavarem a cara, porque passa a ter-se o núcleo central da Vila com o chão muito bonito, mas depois olham em volta e ficam assustados com os prédios degradados. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** começou por dizer que não recebeu as actas da Câmara Municipal. Em seguida referiu que os serviços se esqueceram de incluir no relatório financeiro um documento que está na página da internet da DGAL em relação ao prazo médio que as Câmaras demoram a pagar ao fornecedores e, ordenadas da pior para a melhor, Ferreira do Zêzere está em 240.º lugar entre 300, com um prazo médio de pagamento de 38 dias. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** interveio perguntando qual o ponto de situação do IC3. O traçado já está definido pelo que queria saber qual é a fase seguinte. A nível cultural acha que Ferreira do Zêzere tem obrigação de fazer mais. Fez referência ao concelho de Alvaiázere e ofereceu-se, mais uma vez para colaborar. Congratulou-se pelas Marchas Populares, pelo Quarteto de Saxofones e pelo Grupo Polifónico, mas considera que devia ser feito muito mais. Só quer que se ponha Ferreira do Zêzere no mapa. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal**, em resposta às questões colocadas começou por dizer que a estrada da Pombeira não estava englobada naquele “bolo” que o senhor Primeiro Ministro falou. Esta estrada faz parte de um protocolo no qual está a ser analisado, pela presidência das Estradas de Portugal, um projecto, que a Câmara fez. Quanto ao PROT, o parecer condicionado tinha que ver com o traçado do IC3 e com a história da estrada 238. Do que sabe a 238 da Sertão para Cernache vai ser uma ligação tipo IC. De Cernache para Ferreira a estrada será melhorada. No que respeita ao Pingo Doce a Câmara fez o que pôde, pois aprovou o projecto,

aprovou a localização e exigiu contra partidas. Já fez para lá alguns ofícios perguntando o que é que se passa, mas pensa que se trata de uma questão de prioridades. Quanto aos edifícios do Centro da Vila têm avisado alguns proprietários quando os edifícios apresentam perigo. Ao Deputado Municipal Bruno Gomes disse que também não o via nas festas que a Câmara faz. A Câmara não tem dinheiro para fazer festas e aos concelhos que andam a fazer muitas festas, se calhar valia-lhes mais pagarem as obras aos empreiteiros atempadamente. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** perguntou se, depois do parque de estacionamento estar concluído, a Câmara pensa cobrar alguma coisa aos contribuintes pelo estacionamento dos veículos. Quanto às lojas comerciais perguntou se são lojas do tipo das da galeria e para que tipos de ocupação vão servir.

----- **O Deputado Municipal José Marques Nunes** verificou que o relatório da actividade municipal refere que decorrem a bom ritmo os projectos de revitalização das sedes de freguesia pelo que perguntou o que é que se passa com o projecto de revitalização da sede de freguesia de Águas Belas. Lembrou que não é uma freguesia qualquer pois representa mais de 50% do tecido empresarial do concelho. --

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** referiu que as atribuições legais de uma Câmara não são só o que está no relatório da actividade. Este representa talvez um terço do que é a actividade normal da Câmara e, organizar tudo isto em pouco mais de dois meses não é fácil, pelo que deu os parabéns à Câmara pelo que foi feito. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista**, no uso da palavra, salientou a questão do Mercado Municipal. Relativamente ao impacto das obras de ampliação e alteração do mesmo perguntou que fundamentos levaram à nova localização

provisória do referido mercado e que sugestões/reclamações foram feitas pelos munícipes. Perguntou qual a data prevista para a conclusão das obras do mercado. ---

----- **O Presidente da Câmara Municipal** informou que a Câmara ainda não pensou seriamente sobre a questão dos estacionamento, mas terá de ser feito um regulamento, normalizar o estacionamento dentro do parque e, se calhar, impor algum pagamento. Também poderá acontecer que, certos munícipes que não tenham garagem, possam utilizá-lo pagando uma taxa por terem um lugar cativo. As lojas são pequenas e não está nada estipulado quanto ao uso das mesmas. É de opinião que o projecto de revitalização da freguesia de Águas Belas devia começar no Ramal, com passeios e ciclo vias tornando aquela estrada mais urbana mas, neste QREN, não há dinheiro para estas coisas. Quanto à localização do Mercado Municipal aquele foi o sítio mais adequado que encontraram e que tem o mínimo de condições para funcionar cerca de 2 anos. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, não havendo mais intervenções e antes de passar ao 2.º Ponto do Período da Ordem do Dia perguntou se alguém se opunha a que as aprovações fossem feitas em minuta. -----

----- Ninguém se opôs.-----

----- **2º Ponto do Período da Ordem do Dia** -----

----- **Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de € 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil euros) nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que este ponto ia ser adiado por falta de cumprimento de alguns trâmites exigíveis. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar este empréstimo que se destina a execução de obras do QREN, nomeadamente o Mercado e zona envolvente. O que aconteceu foi que houve um atraso no envio da correspondência e os concorrentes não tiveram os cinco dias a que a lei obriga, pelo que decidiram anular e abrir de novo para que se possam cumprir os prazos legais. Em seguida solicitou permissão para se ausentar por motivos familiares. -----

----- **3º Ponto do Período da Ordem do Dia** -----

----- **Análise, discussão e votação da Carta Educativa nos termos do n.º 1 do art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto.** -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes Cristas Flores** solicitou o uso da palavra para dar alguns esclarecimentos sobre este ponto. Referiu um pequeno erro que foi detectado já depois da aprovação do documento pelo executivo. É na página 6 onde se lê “essa estrutura tem quatro níveis distintos” e depois só estão elencados três. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista**, relativamente à Carta Educativa, destacou que na página 118 que sintetiza as três fases do reordenamento escolar, é referido o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico. Na nota conclusiva, página 124, realça-se a importância do ensino secundário que “necessita de uma profunda intervenção pensada de forma coerente e estruturada nas ofertas que temos que dar”. Na página 125 salienta-se a diversificação da oferta educativa em termos de cursos vocacionais e profissionais. Na página 6 é mencionado o facto do Conselho Municipal de Educação ser o órgão de representação das várias instituições educativas concelhias de todos os níveis de ensino. Com base em tudo isto perguntou quais as linhas orientadoras para o ensino secundário e os respectivos

cursos previstos para os próximos anos lectivos, dado que nas três fases do reordenamento da rede escolar que abrangem os anos lectivos de 2007/2008, 2008/2009 e 2010/2011 nunca é contemplado o ensino secundário. O ano lectivo 2009/2010 não existe no reordenamento apresentado. Sabe muito bem que as Câmaras normalmente dedicam-se, sobretudo, ao pré-escolar e ao primeiro ciclo, no entanto a escolha da oferta educativa tem um representante da Câmara e para isso é que existe o Conselho Municipal de Educação, porque senão tem-se um ensino secundário igual em todos os concelhos, o que não acontece em Tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** interveio referindo que verificou, na acta do Conselho Municipal de Educação, que o representante do Ministério da Educação não tomou posse, não assinou, pelo que gostava de saber como é que à frente há uma série de intervenções do senhor Pedro Lara e depois no final está um rabisco da sua assinatura. Não está a pôr em causa que a pessoa esteve presente mas gostava de saber porque é que não tomou posse. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** verificou que o Vereador Manuel António assinou a acta como Vereador do Pelouro da Cultura, mas segundo sabe não há pelouros distribuídos pelo que fica a duvidar que aquilo tenha toda a legalidade. --

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** pediu ao Vereador Jacinto que desse andamento ao Conselho Municipal da Juventude porque se estivesse a funcionar já tinha sido ouvido para esta Carta Educativa e os jovens também tinham alguma preponderância no meio disto tudo até porque esse conselho já foi discutido também em Assembleia da República e fazia todo o sentido. Gostava que até ao final do mandato este conselho estivesse a funcionar. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** questionou qual é o parecer do Conselho Municipal de Educação para dar pareceres ou seja, esse mesmo Conselho

Municipal é composto por dezassete pessoas, só estiveram onze presentes e foi aprovada por seis votos a favor e cinco abstenções. Lamenta-se que a Carta Educativa seja aprovada sem o parecer favorável dos professores e dos pais. Segundo lhe foi informado os documentos não foram entregues aos pais e professores para que os mesmos os pudessem analisar e depois dar um parecer. Questionou se isto é legal. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** recordou que quando se discutiu o PDM e o seu Relatório, houve assuntos que estão naquela carta que foram objecto de defesa acalorada e de sentida discussão como pormenores jurídicos. Da leitura da acta da reunião deu para perceber que as pessoas que chegaram atrasadas não tomaram posse e tomariam posse na reunião seguinte. Pensava que naquele ponto se ia discutir a Carta Educativa, a qual mereceria discussão. É um documento bastante grande pelo que perguntou qual foi o gabinete técnico que assessorou a Câmara na elaboração do mesmo. É um documento que aponta uma política, aponta caminhos, traz bastantes números, alguns dos quais fazem pensar sobre a desertificação de algumas freguesias, faz previsões sem levar em conta mobilidade da população e não constrói cenários. O melhor do mundo são as crianças e acha que não existem condições em escolas com uma sala, com um professor e com cinco ou seis miúdos onde, nem sequer dá para aprenderem a jogar à bola, quanto mais para estudarem. Concentrar os miúdos em equipamentos onde são alimentados, são acompanhados e lhe dão outro tipo de vivências, que nas comunidades mais isoladas eles não têm, levam-no a votar a favor daquele documento. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** referiu que partilha muito a opinião do Deputado Municipal que o antecedeu. Aquele documento surpreendeu pela negativa pois está muito incompleto e diz-lhe pouco, mas acredita que tem que

ser assim pois o próprio documento diz: “a Carta Educativa é um documento vivo que se vai completando”. Como carta de princípio daquilo que deve ser a política orientadora da educação escolar ou para escolar de um concelho integrado e de uma região, acha muito pouco. Afloram-se, muito vagamente, alguns aspectos do que poderão ser as saídas alternativas, e o concelho vive muito preocupado com o abandono escolar. Este é para si o principal problema do concelho e é aí que tem que se atacar primordialmente. Está aberta a perspectiva para todos se responsabilizarem pelo futuro educativo do concelho de Ferreira do Zêzere. Com a crise do petróleo que se vive o mundo não vai voltar a ser o que era. Vai ter repercussões no dia a dia. Ninguém naquela sala sabe perspectivar o concelho e a região daqui a dez anos. Há coisas importantes que este documento devia reflectir, devia ser o acervo da educação, dos saberes e da conservação daquilo que é genuinamente do concelho e que tem que ser conservado como um depósito bancário para valer numa situação de aflição. Referiu-se concretamente ao renascer das actividades locais, de todo o trabalho local, das economias locais, das velhas profissões, saberes e arte que ainda existem. Questionou o que iriam fazer, daqui a dez anos, os jovens que hoje abandonam a escola.-----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** em resposta às questões colocadas concordou que aquele documento é bastante pobre naquilo que devia ser a orientação. A Lei apenas exige o que foi apresentado e a minuta que foi criada para a elaboração das cartas educativas é aquela. Quando começou a ver o documento tomar forma ficou preocupado e foi ver o que se estava a fazer nos outros concelhos, tendo verificado que era a mesma coisa. No entanto é um documento vivo e aberto que daqui a dois anos é passível de alterações e melhoramentos. Espera que até lá sejam criados mecanismos legais que permitam desenvolver outras linhas orientadoras. O

documento foi feito com a prata da casa. Ao Deputado Manuel Lourenço explicou que, se estiveram presentes onze pessoas existia quórum. Dessas onze pessoas, seis votaram a favor e cinco abstiveram-se pelo que foi aprovado por maioria. Algumas pessoas não receberam a documentação porque os correios demoraram cerca de quinze dias a fazer a entrega, e não se podia adiar a reunião devido aos prazos que há para cumprir para se poderem apresentar candidaturas ao QREN. Quanto à correspondência e, uma vez que estão quase todos dentro da vila, da próxima vez irá ser entregue em mão por protocolo, porque não têm gosto nenhum que as pessoas não recebam os documentos para não os discutirem. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude informou que foi aprovado um regulamento em reunião de Câmara e que estava a inquérito público. O Vereador Manuel António assinou como vereador da Educação porque o Presidente da Câmara, que tem todos os pelouros, delegou que ele, naquele caso específico, represente a Câmara, na área da educação. Quanto ao Dr. Pedro Lara este não se apercebeu que tinha que assinar duas vezes. Algumas linhas orientadoras para alguns graus de ensino que a Dra. Isabel focou, não dependem da Câmara, dependem do Ministério da Educação. O Conselho Municipal de Educação pode e deve, nas suas reuniões, criar linhas orientadoras e dizer os cursos que gostaria que existissem no concelho, como por exemplo relacionadas com determinadas profissões que se estão a perder. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** perguntou como é que era possível aceitar a aprovação daquela carta sem a opinião dos professores e dos pais e se não era possível adiar e ouvir essa gente. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** lembrou que não era possível adiar porque senão caía por terra a oportunidade de apresentarem candidaturas ao QREN, em

Novembro. O que está previsto em termo de mobilidade de alunos está é para 2011/2012 e antes disso a Carta Educativa vai ser reformulada. -----

----- **O Vereador Carlos Salgado** solicitou o uso da palavra, uma vez que também votaram a favor aquela Carta, para dar algumas justificações. As críticas que ali foram feitas, nomeadamente pelo Deputado Eduardo Mendes disse que o documento era muito maçudo, também foram feitas por eles, vereadores do Partido Socialista, aquando lhes foi apresentado o documento. Este era muito mais maçudo e tinha um sentido negativista do próprio concelho. Existe a intenção de outro Centro Escolar e como todos sabem o concelho deve ter, somente, dois centros escolares. A Câmara não vai dizer os cursos que vão existir, mas é juntamente com o Agrupamento, com o Conselho Municipal de Educação que têm que definir as coisas. Também está bem explícito que a Carta Educativa será revista de dois em dois anos e, embora possa estar muito maçudo, e não traduzir a realidade do concelho, tem que se ver a parte positiva que é o reordenamento da rede escolar. Votou a favor daquela carta também com o intuito de a ver traduzida no QREN pois se a Carta Educativa não for aprovada, dificilmente terão ajudas do QREN para o novo Centro Escolar. Ou se tem uma Carta Educativa, com os defeitos que possa ter, ou se reprova esta carta e o Centro Escolar de Ferreira do Zêzere desaparece. Informou que a Câmara já está a fazer o projecto deste Centro Escolar e já está em negociações com a Santa Casa da Misericórdia para adquirir um terreno que fica junto da Escola P3. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** interveio, perguntando, depois da apologia do Vereador Carlos Salgado à tendência de voto naquele documento, se a Câmara Municipal quando fala no novo Centro Escolar e, uma vez

que é direccionado para uma área muito vasta, pensou na sua localização fora da área da sede do concelho.-----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** informou que, como era compreensível, um equipamento destes quanto mais perto estiver de outros equipamentos potenciadores das suas capacidades, melhor. Não faz sentido ir construí-lo noutra freguesia e depois andar a transportar as crianças para a piscina, por exemplo.-----

----- Não havendo mais intervenções a registar, foi a **Carta Educativa do Concelho de Ferreira do Zêzere** colocada a votação, tendo-se obtido a sua **aprovação por quinze votos a favor e nove abstenções.** -----

----- **4º Ponto do Período da Ordem do Dia** -----

----- **Análise, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Protecção das Áreas ou Terrenos Florestais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte**, no uso da palavra, disse que se congratulava muito com a criação de um regulamento deste tipo. No entanto há uma questão que o preocupa. No artigo 15.º, sob a instrução e decisão dos processos lê-se: *“a instrução e decisão dos processos de contra-ordenação por infracções à legislação e regulamentos específicos, designadamente o Decreto-Lei n.º 124/2006 sobre matérias constantes deste Regulamento é da competência do Presidente da Câmara Municipal.”* Pensa que o Regulamento está a atribuir competências ao Presidente da Câmara Municipal que não o pode fazer, por força de Lei. Outra questão é que o Regulamento versa matérias que estão no Decreto-Lei n.º 124/2006, e então aqui há usurpação da função judicial o que é muito mais complicado e é inconstitucional.-----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** disse que um dos pontos que queria focar era precisamente o que o Deputado Municipal que antecedeu referiu e que era a questão do Regulamento ficar sobre a alçada do Presidente da Câmara ou de um Vereador. Parece-lhe que não é aconselhável, em termos de legalidade e de funcionamento. Por outro lado, a questão da fiscalização. A mesma não deve ficar na alçada da Câmara Municipal, por um lado porque deve ser entregue à GNR que é a entidade a quem compete a fiscalização em termos ambientais e de abusos de ocupação de via pública e por outro porque, como sabem, a fiscalização na dependência da Câmara Municipal não funciona bem. Assim, é de opinião que, a Câmara deve repensar aquele articulado, quer em termos de responsabilização do referido regulamento quer em termos de fiscalização. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** no uso da palavra começou por referir que folgava ver que aquele Regulamento teve uma proposta do Dr. Fernando. Chamou a atenção para alguns termos utilizados, nomeadamente, no artigo 3.º n.º 5 alínea b) “*o corte de árvores de idade igual ou inferior a cinco anos*” pode levar as pessoas a crer que podem cortar todas as árvores. Não estão ali derivações de lei que deviam ter sido tidas em conta. No artigo 5.º n.º 6 perguntou quem ia dar aqueles pareceres técnicos. No artigo 8.º n.º 2 alínea e) devia mudar-se o termo “*força maior*” porque faz lembrar o estado de necessidade e pensa que não é o caso. No artigo 10.º alínea c), que remete para o artigo 21.º, pensa que os 15 dias são pouco para que se cumpram alguns requisitos deste regulamento. Por fim congratulou-se pela entrada em vigor deste regulamento quando, há duas sessões atrás chamou a atenção precisamente para isto e para alguns dispositivos legais que os senhores Presidentes de Junta tinham à disposição. Questionou ainda como é que aquilo ia ser cumprido ou seja, quem é que irá fiscalizar. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio referindo que finalmente a Câmara Municipal está preocupada em arranjar legislação camarária para ordenar um pouco o que se passa na floresta. Depois de ler o documento ficou com a sensação que a Câmara, o que está a querer fazer, em termos de legislação, é uma ASAE para a floresta uma vez que o documento está de tal maneira apertado, como se pode ver por exemplo no artigo 3.º alínea c) onde se lê: “*carece de parecer prévio vinculativo dos serviços competentes da Câmara quando tais cortes forem indispensáveis ao consumo da casa do respectivo proprietário*”. Questionou quem é que vai avaliar se é indispensável, pois uma pessoa pode queimar 10 pinheiros ou pode queimar 2. É um bocado abstracto e quem é que vai fiscalizar? Está de tal maneira apertado que, ou tem uma fiscalização exaustiva sobre estas coisas todas ou então, não serve de nada. É preciso que a floresta seja protegida mas têm que ser razoáveis. Perguntou se não seria bom rever todo aquele processo e alargar um pouco todos os espartilhos que estão no documento e fazer uma coisa razoável na protecção da floresta. Gostaria que houvesse um documento que protegesse a floresta mas, francamente, em sua opinião, este documento não vai proteger nada.----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias**, em nome da bancada do PS, propôs a retirada deste documento para modificação e alteração e posterior apresentação, apreciação e votação.-----

----- **O Vereador Jacinto Lopes**, no uso da palavra, referiu que, quanto a si as questões levantadas não eram graves e eram facilmente explicadas mas, em conjunto com os Vereadores presentes tomaram a decisão de retirar o documento para uma melhor apreciação. Pediu em seguida a todos os que levantaram questões que façam sugestões no sentido de melhorar o documento. Ao Deputado Municipal Jorge

Godinho disse que a questão que este colocou está salvaguardada no n.º 1 do referido artigo.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou então que mediante algumas dúvidas/reservas levantadas por alguns Deputados Municipais o Executivo decidiu retirar a proposta para que ela seja melhorada, solicitando a participação dos senhores Deputados Municipais.-----

----- **5º Ponto do Período da Ordem do Dia** -----

----- **Outros Assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** iniciou este ponto apresentado uma Moção e uma Proposta que foram entregues à Mesa da Assembleia. A Moção foi apresentada pelo Deputado Municipal Eduardo Mendes, distribuída aos presentes e diz o seguinte: *«A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere delibera, na sua reunião ordinária de 27 de Junho de 2008, recomendar ao executivo municipal que seja criada e regulamentada uma distinção honorífica do município de Ferreira do Zêzere, constituída por medalha para pessoas singulares ou outro símbolo (fita por exemplo) para pessoas colectivas, respectivo diploma, eventualmente com várias classes tipificadas em relação aos factos justificativos da sua atribuição e com graus (dois ou três). Para além de dar cumprimento a deliberações anteriores desta Assembleia que propuseram em concreto a atribuição da medalha do concelho a cidadãos, seria uma maneira de colocar em relevo perante a comunidade e de manifestar às entidades agraciadas o reconhecimento pelos serviços prestados ao concelho de Ferreira do Zêzere, pelo desempenho de um papel activo na comunidade, pela benemerência, pelo exemplo profissional ou*

social, pelo destaque nos campos artístico, literário, científico, desportivo, educativo ou outros. Mais se recomenda que a imposição do galardão seja associada sempre que possível a acto público solene, com cariz marcadamente cultural e promotor da educação para a cidadania, a realizar no dia do município (feriado municipal).»; e a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista, e diz o seguinte: «*Proposta de voto de louvor – a bancada do Partido Socialista de Ferreira do Zêzere, vem propor um voto de louvor a todas as entidades, colectividades e pessoas que contribuíram para a concretização e o sucesso das Marchas de Santo António deste ano 2008.*» -----

----- Colocada a votação a admissão da Moção foi esta admitida por vinte e três votos a favor e uma abstenção. -----

----- Colocada a votação a admissão da Proposta de Louvor foi esta admitida por vinte e três votos a favor e uma abstenção.-----

----- O Deputado Municipal Eduardo Mendes solicitou o uso da palavra para falar da Moção que apresentou. Começou a sua intervenção referindo que um dia destes recebeu um e-mail que o fez pensar que quando se chega a um certo ponto da vida se verifica que o caminho para a frente é mais curto que o de trás, que há muita coisa que se queria fazer mas já não se vai fazer e que, algumas coisas a que se dava muita importância se calhar já não são tão importantes. Já apresentou ali vários regulamentos, nomeadamente, o de Sintra, de Odivelas, de Braga, de Vila Verde e hoje trouxe o de Mogadouro. Só pedia à Câmara que lhe passasse aquilo para word e comprometia-se a arranjar uma versão mais reduzida, pois não concorda com uma classe que está ali para bons serviços dos funcionários municipais que se baseia em anos. As classificações de serviço que devem ser aplicadas pela Câmara é que devem servir de fundamento para a atribuição das medalhas de mérito ou

reconhecimento aos funcionários. Isto tem a ver com noções de cidadania pois as pessoas não fizeram aquilo para que se lhes agradecesse, mas deve aproveitar-se e pedir licença às pessoas a quem querem agradecer para as poder apontar como exemplo. Continuou lendo o seguinte: *“as democracias dependem de cidadãos que entre outras coisas sejam conscientes dos seus direitos e responsabilidades, informados acerca dos temas políticos e sociais, preocupados com o bem-estar dos outros, coerentes nas suas opiniões e argumentos, influentes através da sua acção, activos na vida da comunidade, responsáveis na sua acção cívica.”* É de cidadãos deste tipo que existem muitos no concelho e que no dia do concelho, num acto cultural e profundamente solene onde terão obrigação de estar os senhores funcionários, os senhores autarcas, os representantes da colectividades que vivem dos subsídios da Câmara, onde esteja o povo, se apontem e sejam exemplo para as crianças, que também devem ser levadas a essa sessão. -----

----- **Colocada a votação, a Moção foi aprovada com vinte e três e votos a favor e uma abstenção.** -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** interveio dizendo que era um compromisso de honra seu, e do Vereador Carlos Martins, até porque já tiveram esta matéria em mãos, até ao final do ano trazerem este à Assembleia. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a discussão a proposta apresentada pelo Partido Socialista tendo-se registado as seguintes intervenções. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** foi de opinião que participar numas Marchas Populares é a coisa mais banal e normal de uma colectividade. É uma coisa positiva mas que não é merecedora de um voto de louvor porque com tanto voto de

louvor estes vão passar a ser banalizados. Obviamente não poderia votar contra mas iria abster-se.-----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** interveio referindo que votaria a favor de uma proposta deste tipo se ela disser, concretamente, as colectividades que participaram e que irão ser louvadas. Quanto à intervenção do Deputado Municipal que o antecedeu, respeita o que este disse, mas considera importante que se tenha a noção que se trata de um concelho de interior, com problemas concretos até como a temperatura, porque mesmo apesar das Marchas Populares serem em Junho, o vento leva a que as pessoas cada vez mais vivam dentro das suas casas, isoladas, sem conviverem umas com as outras. Pegando nas palavras do Deputado Municipal Eduardo Mendes, que lhe tocaram bastante, o que está ali em questão é o exercício da cidadania, é as pessoas serem cidadãos mais responsáveis e mais co-responsabilizados no meio de tudo isto. Esteve nas Marchas e achou impressionante que, quando se fala em desertificação num concelho, se vê tanta gente jovem a participar. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** no uso da palavra fez suas as palavras do Deputado Municipal que o antecedeu. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** esclareceu que não especificaram nomes na proposta, mas que aquela proposta se dirige às colectividades que desfilaram nas Marchas de Santo António de 2008 porque entende que se deve reconhecer o trabalho e o esforço que foi feito por elas. A Câmara Municipal sabe quem foram essas colectividades e fará chegar este reconhecimento público às mesmas. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que a proposta fala em “*entidades, colectividades e pessoas*”. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** retomou a palavra referindo que também era dirigido aos funcionários da autarquia que lá trabalharam. A intenção daquela proposta era enaltecer o esforço de todo um conjunto de pessoas que deram brilho àquela noite. -----

----- **Colocada a votação a proposta de louvor foi aprovada por vinte e três votos a favor e uma abstenção.** -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio referindo que quando foi dito que algumas Assembleias poderiam ser feitas nas Freguesias acolheu a ideia e, interiormente, aplaudiu porque as Assembleias Municipais ao serem feitas nas Freguesias permitem dar a conhecer às pessoas o que é uma Assembleia Municipal e permitem poder ouvir dessas pessoas aquilo que as Assembleias Municipais devem ouvir. Quando lhe foi dito que era em Areias ainda mais contente ficou porque Areias é, se não a primeira, a segunda maior Freguesia do nosso concelho em termos populacionais. Ficou esperançado de ver muita gente de Areias a tomar contacto com uma Assembleia Municipal e uma Assembleia Municipal a fazer-se ouvir pelas pessoas das Areias. Não sucedeu bem isso. Em sua opinião, estas Assembleias que são feitas nas Freguesias, terão que ter um timing diferente daquelas Assembleias que são feitas na sede do Concelho. Sugeriu ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sempre que estas Assembleias sejam nas freguesias, que sejam feitas ao Sábado, depois do almoço onde, terão uma tarde toda e onde todos poderão discutir aquilo que quiserem. Pessoalmente não se sentirá sacrificado por passar uma tarde de Sábado numa freguesia a tomar parte numa Assembleia Municipal, e pensa que os seus colegas também não. Isso beneficiará as populações das diversas freguesias. É com este espírito que entende a deslocação da Assembleia Municipal para as freguesias. Em seguida e dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal disse

que comungava da opinião deste quando disse que Areias é merecedora desta Assembleia, quando disse que aquela população tem uma história muito grande, mas depois quanto às três intervenções do público perguntou porque é que não deixava a população expor as suas ideias independentemente de agradarem ou não agradarem, de serem ou não azedas. As populações têm que falar senão não vale a pena aquelas Assembleias. Não é de bom tom o tom, quase “salazarento”, que utilizou para interromper o senhor que estava a falar. O barrete só serve a quem quer e as pessoas são livres de dizer aquilo que lhes vai na alma. O senhor Presidente da Câmara foi quase hostil e isso não fica bem. A maneira como se acolhe e se incentiva a intervenção tem muito a ver com o facto de estarem ali. Se não acolhem as opiniões das pessoas e se não incentivam que elas intervenham, então é preferível ficar em Ferreira do Zêzere e não vale a pena andar pelas freguesias. -----

----- **O Deputado Municipal João Paulo Henriques** começou por perguntar se haveria mesmo censura no jornal. Na penúltima edição, quando fez a proposta à Mesa de um voto de louvor aos restaurantes aderentes ao Festival do Lagostim, não a viu mencionada no Jornal. Viu sim mencionadas as propostas do Partido Socialista sobre o 25 de Abril e o 1.º de Maio. É de lamentar. Agradeceu a comparência de todos os que puderam no dia 21 aquando da inauguração do brasão da freguesia da Igreja Nova. Lamentou no entanto a falta do Governador Civil que esteve a 20 minutos da Igreja Nova e não compareceu nem teve ninguém a representá-lo. -----

----- **O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço** interveio solicitando informação acerca de alguns ofícios enviados à Câmara Municipal e aos quais ainda não teve resposta e que se referiam a iluminação pública, colocação de manilhas e colocação de sinais de trânsito. Em relação ao que foi falado no início da sessão, sobre os benefícios ao presidente da Junta de Areias, aquando das inundações em

sua casa, esclareceu que as máquinas da Câmara cortaram a estrada para colocar umas manilhas porque se trata de uma linha de água que toda a vida ali existiu onde a colocação de manilhas muito pequenas não suporta o caudal de água. Foi a razão das obras. Quanto à colocação dos nomes das ruas informou que a Junta de Freguesia não os atribui de qualquer maneira. Existe um regulamento municipal que obriga a alguns condicionamentos. No caso que foi falado, da Rua Alfredo Duarte que se inicia na Venda dos Tremoços e vai até ao limite do lugar de Lagoa, o regulamento não permite que sejam atribuídos dois ou três nomes a essa estrada. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** no uso da palavra referiu que também estava muito contente por estar nas Areias, pelas pessoas participarem e acha que as Assembleias deviam ser sempre nas freguesias onde as pessoas estão e às horas a que as pessoas possam estar presentes e possam participar. Congratulou-se com a participação das pessoas na Assembleia mas não devem confundir, como fez o Deputado Municipal Jorge Godinho, participação e cidadania com populismo. Viu coisas que gostou muito, como foi a intervenção do senhor Abílio Henriques, que apareceu ali indignado e colocou um problema concreto e, o Presidente da Câmara ficou preocupado. Mas, por outro lado há que aprender a viver em democracia e sobretudo numa Assembleia, pois não se pode dizer tudo o que vai na alma. Há regras e há que saber falar, uma coisa que começa a ser recorrente na Assembleia e que o irrita um bocado é o raio da censura do Despertar do Zêzere que foi falada pelo Deputado Municipal João Paulo Henriques e pelo senhor Salazar. Ao senhor Salazar disse que é Director Adjunto do Despertar do Zêzere, não sabe se a carta foi censurada ou não porque não lhe passou pelas mãos mas, se lhe tivesse passado pelas mãos, não a publicava por duas razões: porque os jornais existem para dar notícias e relatar factos e porque aquela carta está muito bem escrita, é um

brilhante tratado de filosofia politica, mas não dá para perceber nada acerca do problema que levou à Assembleia. A carta tem meia dúzia de insinuações que até podiam dar um processo judicial ao jornal. Numa Assembleia é necessário distinguir, claramente, o que é a nossa opinião do que são factos, e as opiniões têm que ser apresentadas como tal, com educação, respeito e sobretudo, sem passar logo a chamar nomes ao parceiro. Por último dirigiu-se à Câmara Municipal e perguntou por que razão uma senhora que vende queijos no mercado das Areias, chamada D. Elisa, não pode vender queijos no mercado de Ferreira do Zêzere. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** verificou que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal é sempre muito interventivo em relação ao tempo das intervenções de cada um. A este respeito disse que foram eleitos pelas pessoas para estarem ali e assiste-lhes um direito de intervenção e, salvo impedimentos legais, nem a Assembleia, nem a mesa poderá impedir de fazer essas participações. Ora é sistemático em cada Assembleia Municipal estarem limitados pelo impedimento legal da meia-noite. Não acha correcto e é de opinião que as Assembleias Municipais deveriam passar para as 15 ou 16 horas de cada Sexta-feira em que fossem feitas. Não concorda que sejam feitas ao Sábado. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, a respeito deste assunto, disse que as Assembleias não são mais nem menos do que aquilo que manda fazer o Regimento e a Lei. Poderá fazer de outra maneira se for alterada a Lei e o Regimento. Já hoje pessoas o acusaram por causa do tempo e acabaram por usar mais do que aquele que o Regimento permite, pelo que não têm o direito moral de estarem a acusar a mesa. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** interveio perguntando como estava a questão do relvado sintético e qual o prazo previsto para a sua conclusão. Disse que

se falou na última reunião da Comunidade Urbana que a uniformização de taxas e licenças ainda não tinha sido concretizada pelo que questionou acerca da participação da Câmara de Ferreira nessa uniformização e se vão tentar nivelá-las por cima ou por baixo. Quanto às sessões da Assembleia é a favor que passem para o Sábado como foi votado em Assembleia e não houve alteração nenhuma para que fosse noutro dia. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** deu os parabéns ao Presidente da Mesa da Assembleia por este continuar a fazer as Assembleias abertas. Sempre defendeu isto e quando foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Ferreira do Zêzere as Assembleia foram rotativas pelas três associações da freguesia. Todas as freguesias têm condições de trabalho e deu os parabéns ao Presidente da Junta de Areias pelo espaço. A Junta de Ferreira está no rés-do-chão das instalações da Câmara e já ouviu dizer ao Vereador Jacinto que tinham que deixar o espaço. Não tem nada contra desde que lhe dêem umas instalações como as de Areias. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias** começou por felicitar o Deputado Municipal João Paulo Henriques pela inauguração dos símbolos heráldicos da freguesia de Igreja Nova do Sobral. Não pode estar presente porque tinha artigos expostos na feira da Sertã. Falou-se naquela Assembleia em “festas ou obras” pelo que é de opinião que deve haver “obras e festas”. As festas também são importantes e Ferreira do Zêzere deverá, em termos estratégicos, ser um concelho marcadamente turístico. Quando há um acontecimento em Ferreira do Zêzere há sempre pessoas presentes a reparar quem está e quem não está e depois acusam quem não esteve presente. Pensa que isso não deve acontecer. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** solicitou de novo o uso da palavra e disse que o Deputado Municipal José Manuel Duarte se referiu à sua

intervenção como sendo um bocado popularucha. Não sabe se o senhor Salazar tem razão ou não na intervenção que fez, só sabe que ele disse que fez cinco exposições à Câmara e não teve resposta pelo que, em sua opinião alguma coisa está mal. Não lhe interessa o conteúdo das intervenções mas, custa-lhe que as pessoas não possam falar.-----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** em resposta às questões colocadas começou por dizer ao Deputado Municipal Fernandinho Lourenço para este passar pela Câmara Municipal onde lhe será dada resposta sobre os ofícios. O relvado sintético foi para adjudicação, o prazo de execução são trinta dias e vão fazer os possíveis para que a nova época comece com o relvado sintético. A uniformização de taxas através da Comunidade Urbana, pelo que sabe ainda nada saiu do papel. A nova Lei das Finanças Locais é clara e diz que a partir de 1 de Janeiro de 2009 quem não tiver o estudo devidamente fundamentado das taxas não as pode cobrar. A Câmara atenta a esse articulado legal está a fazer um estudo de todas as taxas que têm que cobrar no futuro. É um trabalho complicado e exaustivo que tem que se fazer e que há-de ir à Assembleia. Algumas taxas vão subir porque há taxas com valores ridículos a serem cobradas actualmente, e basta olhar para as receitas próprias para ver que as taxas estão baixíssimas, como é o exemplo das licenças de utilização. Quanto à Junta de Ferreira não disse que ela tinha que sair. Disse sim que tinham que falar para ela sair pois pensa que aquele local não é digno para a Junta de Freguesia nem é bom para a Câmara. Haverá condições para a Junta se instalar com mais dignidade e a Câmara poderá afectar aquele espaço a outro serviço, pois não faz sentido os serviços administrativos da Câmara estarem no primeiro andar onde o acesso a pessoas com deficiência é mais difícil. Concorde que hajam festas e obras desde que as festas sejam moderadas e as obras também não sejam muito grandes. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, não havendo mais assuntos a tratar agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a sessão, quando eram vinte e quatro horas, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Eurico de Alcobia _____

Joaquim de Jesus Ribeiro _____

Aires Ferreira Graça _____